



**Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 13/09/2016**

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, em convocação para realização da reunião ordinária no período das quatorze às dezoito horas, no Auditório Meri Baran, Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo Segmento dos Usuários – Conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); Conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); Conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); Conselheiro Rene Monteiro de Almeida Junior (Grupo pela Vidda – GPV/RJ); Conselheiro Suplente Delaír Caetano Gomes Filho (Sindicato dos Empregados de Empresa de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); Conselheira Angélica dos Santos da Silva (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro); Conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); Conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); Conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); Conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro Suplente Manoel João Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); Conselheiro Suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); Conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e Conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo Segmento dos Profissionais de Saúde – Conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); Conselheira Suplente Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); Conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINFERJ); Conselheira Nádia Roberta Chaves Kappaun (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer - AFINCA); Conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e Conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI); Pelo Segmento dos Gestores/Prestadores de Serviços - Conselheiro André Ferreira Lopes (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); Conselheira Ludmila de Carvalho Cardoso (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); Conselheira Cristina Guedes Veneu (Viva Rio); Conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD) e Conselheira Edna Corrêa Moreira (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO). A reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), iniciou-se em segunda convocação às quatorze horas e trinta minutos de acordo com o Regimento. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** desejou boa

tarde a todos e chama para compor à Mesa a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**; a representante da **Comissão Executiva, Conselheira Júlia Daniela de Castro** (Usuário); **Conselheira Maria Angélica de Souza** (Usuário); **Conselheira Miriam Lopes** (Profissional de Saúde). O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** dá avisos, afirma que substituirá a **Conselheira Patrícia de Albuquerque** (Gestor) porque a mesma tem uma tarefa e não pôde comparecer. Informa que o **Conselheiro Rogério Gonçalves** e o **Conselheiro Wilson da Rocha** não poderão comparecer devido a problemas pessoais. Informou que a **Conselheira Maria José Peixoto** está com uma gripe forte e não tem condição de comparecer. Em seguida, passa a coordenação dos trabalhos para a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** que desejou boa tarde a todos dizendo que são bem vindos e que foi decidido pela Executiva que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fará a leitura da pauta. Dando início a leitura da pauta: distribuição da Ata de 12/07/2016. **1) Deliberação** da Ata de 14/06/2016. **2) Deliberação dos Processos: 09/002776/2014 (Volumes 1, 2 e 3). Assunto: Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda. Habilitação de 12 leitos de UTI Neonatal Tipo II, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 930 de 10/05/2012 – **AP. 1.0.** **09/004214/2015.** Assunto: Apresentação de documentos para Chamada Pública nº 007/2015 – Terapia Renal Substitutiva - TRS da Renal Vida Serviços Médicos Ltda – **AP. 4.0;** **09/004203/2015.** Assunto: Apresentação de documentos para Chamada Pública nº 007/2015 – TRS do CDR Taquara - **AP. 4.0;** **09/004197/2015.** Assunto: Apresentação de documentos para Chamada Pública nº 007/2015 – TRS do Centro Nefrológico Anil – **AP. 4.0;** **09/001505/2016.** Assunto: Life Imagem Centro - Descredenciamento – **AP. 1.0;** **09/001832/2016 (volumes 1, 2, 3 e 4). Assunto: Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda. Habilitação de 08 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru UCINCa – **AP. 1.0.** **3) Comissão de Educação Permanente** – 30 minutos. **4) Comissão de Orçamento e Finanças** – 10 Minutos. **5) Comissões do Conselho Municipal de Saúde** – 10 minutos. **6) Informes da Secretaria Executiva** - 10 minutos. **7) Informes do Colegiado** – 30 minutos. Ao terminar a leitura da proposta de pauta feita pela Comissão Executiva, o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** devolve a coordenação dos trabalhos a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** que coloca a pauta em votação. A pauta é aprovada por maioria simples. Logo depois coloca em votação a deliberação da Ata do dia 14/06/2016. Aprovada pela maioria simples. A **Presidenta Maria de Fátima** consulta a Plenária se pode votar os processos em bloco ou um a um. Pleno decidiu que a votação seja feita um a um. Prosseguindo pediu ao **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** para fazer a Leitura da Análise dos Processos. Processo **09/002776/2014**: “Processo de Habilitação de 12 leitos de UTI Neonatal Tipo II na Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda, CNES 7027397 em conformidade com a Portaria GM/MS nº 930 de 10/05/2012 às folhas 609 até 611, após revisão realizada pela Subsecretaria Geral foi constatado pendências de documentos, às folhas 612 consta expediente do Instituto GNOSIS, assinatura do Diretor Administrativo prestando esclarecimento quanto ao cumprimento das pendências apontadas na folha 609. Processo aprovado na reunião ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 1.0 dia 07/01/2016. A Plenária do Conselho Municipal de Saúde, com parecer conclusivo dessa Comissão Executiva após análise dos Autos, para aprovação”, ou seja, os documentos que estavam pendentes foram trazidos ao processo pelo Instituto GNOSIS dando o ‘ok’, ressalta que esse processo é o **09/002776/2014** da AP. 1.0 – Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda para votação. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação. Aprovado por maioria simples. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a leitura da análise do processo **09/004214/2015**: “Edital de Chamamento Público nº 007/2015 da Renal Vida Serviços Médicos Ltda, inscrita no****

CNPJ 01.707.250/0001-29 sediado na Rua Einstein nº 89 Barra da Tijuca, CNES 2269333. Os autos estão instruídos com os seguintes Documentos: **1)** às folhas 44 à 53 consta Relatório Técnico de Inspeção. **2)** às folhas 68 a 69 e 91 e 92 consta a Convocação Pública. **3)** às folhas 100 a 109 - pedido de consulta jurídica da S/SUBGERAL/CGCCA. **4)** às folhas 110 e 111 - Manifestação Técnica da Procuradoria. **5)** às folhas 115 a 120 - Manifestação Técnica da Procuradoria. **6)** às folhas 122 – Termo de visita nº 759/16. **7)** Folhas 123 a 126 – Roteiro de Supervisão das Unidades contratadas para prestação de Serviço em Terapia Renal Substitutiva. **8)** às folhas 129 – Despacho do Conselho Distrital da AP. 4.0 ao Conselho Municipal informando a decisão da Plenária que aprovou o processo administrativo, porém que seja cumprido o relatório da Procuradoria Geral do Município às folhas 130 a 136. Consta Ata, lista de presença e Parecer com as recomendações do Conselho Distrital. A Plenária do Conselho Municipal de Saúde com parecer conclusivo dessa Comissão Executiva que concorda com o Parecer da AP. 4.0 que aprove o processo, desde que seja cumprido o Relatório da Procuradoria Geral do Município das folhas 130 a 136”, ok! Então é para aprovar com essa ressalva. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca o processo em votação. Aprovado pela maioria simples com uma abstenção. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que esse foi o processo **09/004214/2015** aprovado com a ressalva trazida aos autos pelo Conselho Distrital da AP. 4.0. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a leitura da análise do processo: “**09/004203/2015** - Apresentação de Documentos para Chamada Pública nº 007/2015 – Terapia Renal Substitutiva da CDR Taquara, inscrita no CNPJ: 29.473.196/0023-29, sediada na Rua Caviana nº 138 parte - Taquara, CNES 5160243. Os autos estão instruídos com os seguintes Documentos: **1)** às folhas 31 a 36 consta Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União. **2)** às folhas 33 consta Certidão Negativa de débitos em dívida ativa. **3)** às folhas 35 consta Certidão Negativa. **4)** às folhas 48 a 55 consta Relatório Técnico de Inspeção. **5)** às folhas 56 e 57, 115 e 116 consta Termo de Visita. **6)** às folhas 62 consta Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação. **7)** às folhas 93 101 consta a manifestação da S/SUBGERAL/CGCCA. **8)** às folhas 102 a 104 consta Manifestação Técnica da Procuradoria. **9)** às folhas 108 a 113 consta Manifestação Técnica da Procuradoria. **10)** às folhas 117 a 120 consta roteiro de Supervisão das Unidades contratadas para prestação de serviço em Terapia Renal Substitutiva. **11)** às folhas 123 consta encaminhamento do processo administrativo ao Conselho Municipal de Saúde pelo Conselho Distrital de Saúde da AP. 4.0 informando que o mesmo foi aprovado, porém que seja cumprido o relatório da Procuradoria Geral do Município”. Então a Comissão Executiva manda o Parecer conclusivo à Plenária deste Colegiado, é outro que é para aprovar com ressalva desde que seja cumprido o Parecer da Procuradoria. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação o processo. Aprovado por maioria simples com três abstenções, sendo as três com declaração de voto, uma do **Conselheiro Ludugério Silva**, outra do **Conselheiro Geraldo Batista** e a terceira da **Conselheira Edna Corrêa**. A **Presidenta** o chama o Conselheiro Ludugério dizendo que todos tem 1 minuto para dar declaração. **Conselheiro Ludugério Silva** toma a palavra e deseja boa tarde a todos. Disse, que deseja saber se tem algum Conselheiro da AP. 4.0 presente, porque tem dois processos dessa AP para votar e quer que fique registrado, pois na verdade não veio ninguém da AP. 4.0. Em seguida o **Conselheiro Geraldo Batista** disse que sua declaração de voto na verdade é uma dúvida. Quer saber se o Parecer conclusivo poderia ter sido lido antes da votação, pois isso foi um pedido feito na última votação que o Parecer fosse lido primeiro para os Conselheiros pudessem votar. Esse foi posto em votação sem que fosse esclarecido e lido o Parecer solicitado. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde que agora não dá mais pois já foi concluída a votação e explica que o Parecer é da Procuradoria. O

**Conselheiro Geraldo Batista** disse que queria um esclarecimento do Parecer. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se quer vista ao processo. Responde que quer. A **Conselheira Edna Corrêa** deseja boa tarde a todos informando que se absteve porque acha que a frase: “aprovar desde que seja cumprido”, dá a entender que primeiro precisa ser cumprido para depois ser aprovado. Então essa frase pode ser melhorada por todos. A **Presidenta** agradece e diz que a Executiva irá elaborar nova frase. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que quer deixar ressaltado que os processos foram aprovados no Conselho Municipal, tanto esse quanto o outro, com as pendências e com essa ressalva de que o processo pode ir adiante desde que a Procuradoria levantou seja sanado no processo. Então a ressalva é exatamente essa para que o processo não tenha que voltar de novo ao Conselho Municipal, pois é só cumprir o que a Procuradoria exigiu que o processo pode ir adiante sem voltar ao Colegiado. **Conselheiro que não se identificou** diz que se houver negativa a Procuradoria vai anular. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que é isso mesmo. O **Conselheiro Geraldo Batista** diz que ficou na dúvida porque o Colegiado recebeu o cumprimento que a Procuradoria determinou. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a leitura da análise do processo: “**09/004197/2015** - Apresentação de documentos para Chamada Pública nº 007/2015 do Centro Nefrológico Anil, inscrito no CNPJ: 23.892.636/0001-90 (fls. 38), CNES 2295040, sediado na Estrada de Jacarepaguá nº 7094 – Anil. Os autos estão instruídos com os seguintes documentos: **1)** às folhas 34 consta a apresentação de Documentos. **2)** às folhas 52 consta Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. **3)** às folhas 91 consta Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União. **4)** às folhas 108 e 117 consta Relatório Técnico de Inspeção. **5)** às folhas 169 e 178 – Manifestação Técnica da S/SUBGERAL/CGCCA. **6)** às folhas 179 e 180 consta manifestação Técnica da Procuradoria Geral do Município. **7)** às folhas 186 e 191 consta manifestação Técnica da Procuradoria Geral do Município. **8)** às folhas 193 consta Termo de Visita nº 758/2016. **9)** às folhas 194/197 consta Roteiro de Supervisão das Unidades contratadas para prestação de serviço em Terapia Renal Substitutiva. **10)** às folhas 200 – Despacho do CDS da AP 4.0 ao Conselho Municipal de Saúde informando a decisão da Plenária que aprovou o processo administrativo, porém que seja cumprido o relatório da Procuradoria Geral do Município às folhas 201 e 206. Consta Ata, lista de presença e Parecer com as recomendações do Conselho Distrital de Saúde”. Então novamente para ser aprovado com ressalva. Essa aprovação, os Conselheiros aprovam no Conselho Municipal mas com essa ressalva e o que a Procuradoria Geral do Município levantou tem que ser cumprido senão o processo não poderá ir adiante, ou seja, depois que sair da CGCCA. A **Presidenta Fátima** coloca em votação o processo. Aprovado por maioria simples com uma abstenção. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a leitura da análise do processo: “**09/001505/2016** – Trata-se de Descredenciamento da Life Imagem Unidade Centro. CNPJ: 40.297.269/0005-20, localizado na Avenida Graça Aranha nº 416 Centro, às folhas 09 e 10 consta a informação da S/SUBGERAL/CGCCA sobre o valor das despesas realizadas; às folhas 12 consta o Termo de Visita nº 1547; às folhas 15 consta a Relação dos Documentos elencados pela S/SUBGERAL/CGCCA; às folhas 17 consta despacho do Conselho Distrital da AP. 1.0 para o Conselho Municipal de Saúde informando a aprovação do descredenciamento da Life Imagem Unidade Centro na reunião ordinária do dia 01/09/2016. Ao Colegiado com Parecer positivo para o descredenciamento tendo em vista a solicitação deste descredenciamento”. A **Conselheira Fátima Lopes** pede explicação, mas a **Presidenta** responde que no momento está sendo colocado em votação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde a **Conselheira Fátima Pinto** que depois poderá ver o processo. Colocado em votação a

**Presidenta Fátima Lopes** comunica que o **processo de descredenciamento foi aprovado pela maioria simples**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa a leitura da análise do processo **09/001832/2016**. São quatro volumes. Trata-se de Habilitação de 08 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Canguru UCINCa do Hospital Maternidade Maria Amélia Buarque de Hollanda. CNES 7027397. Os Autos estão instruídos às folhas 1054, volume quatro pela S/SUBGERAL/CGCCA com relação de Documentos os quais foram verificados pela Comissão Executiva, quais sejam: documentação dos Profissionais que constituem a Equipe Técnica, escalas de trabalho, Relatório de Inspeção da Vigilância Sanitária, Relatório de Inspeção da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica, Termo de Visita do SUS e Checklist para Habilitação de Leitos Neonatal, conforme a Portaria GM 930/2012. Verificado ainda que o processo foi submetido à reunião do Conselho Distrital de Saúde da AP. 1.0, constando em Ata aprovação da maioria absoluta e lista de presença a ser anexada”. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** abre um parênteses e afirma que a lista de presença já foi anexada. “A Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde deu Parecer favorável à aprovação para ser submetido ao Plenário do Colegiado”. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação. Aprovado pela maioria simples. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o ponto três da pauta: **Comissão de Educação Permanente**. A **Conselheira Edna Corrêa** dá boa tarde a todos, fala que a partir de hoje estarão dando início ao ciclo de palestras da CGCCA. Agradece ao **Sr. Sérgio Aquino** pela vinda da representante da CGCCA, da Contratualização que os atendeu prontamente porque estava agendado que iriam apresentar três módulos a partir do mês de outubro, mas como a agenda deste mês da Comissão de Educação Permanente teve uma ausência, a pessoa que estava agendada precisou desmarcar em última hora. Então na sexta-feira quase sete horas da noite a **Conselheira Edna** informou que conseguiu confirmar a vinda do pessoal da CGCCA. A apresentação da CGCCA ganhou mais um módulo. Farão essa apresentação em quatro módulos de setembro a dezembro. Por isso, a Comissão de Educação está cumprindo aquilo que se propuseram, ou seja, de trazer para a Plenária palestras explicativas que introduzam ou aproximem o Conselheiro do processo de Contratualização e Licitações que são aprovados no Conselho Municipal. A **Conselheira Edna** dá início a abertura do ciclo de palestras que será apresentado junto com slides, que infelizmente não poderão ser transcritos. A representante da CGCCA a **Assessora Patrícia** começa a palestra dando boa tarde a todos. Disse que em primeiro lugar quer agradecer de estar no Conselho participando desse processo, dessa oficina de educação continuada permanente. **Conselheira que não se identificou** pede para a **Assessora Patrícia** falar mais alto. A **Assessora Patrícia** pergunta se conseguem ouvi-la, com a afirmativa de todos. Disse como não está acostumada a usar microfone pede, caso esteja falando baixo, que a alerte. Prosseguiu dizendo que qualquer dúvida caso alguém tenha pode interromper para perguntar e será esclarecido. Em seguida afirma que como foi colocado no início, serão quatro apresentações, uma hoje que não irá se encerrar porque o que deseja falar de Contratualização será continuado numa próxima reunião pelo **Coordenador André** da Contratualização. Disse que tem previsões de mais duas apresentações, uma sobre acompanhamento de contratos e outra sobre Habilitação. Então se surgir algo nesse sentido todos devem se sentir tranquilos porque terão oportunidade de ouvir sobre isso mais a frente. A **Assessora Patrícia** disse que agora irá falar da hierarquia deles em relação a CGCCA que é a Coordenação Geral de Contratualização, Controle e Auditoria que é representada pelo **Sr. Sergio Aquino**, Coordenador Geral. A Coordenação Geral conta com três Coordenações: **1)** Coordenadoria de Contratualização e Acompanhamento a qual faz parte e, que é representada pelo **Coordenador André**. **2)** Coordenação de

Controle e Avaliação que é representada pela **Coordenadora Márcia**. 3) Coordenação de Supervisão e Auditoria representada pela **Coordenadora Alessandra**. A **Assessora Patrícia** diz que dentro da equipe tem a Auditoria Jurídica que é composta pelo Advogado Jorge, pela Vanessa que é a Assistente Jurídica e que tem Assessores Técnicos que são: A própria **Assessora Patrícia**, o **Assessor Edgar** e o **Assessor Jaciano** que deve falar para o Conselho sobre Acompanhamento de Contratos. Ressaltou que tem ainda Residentes em Saúde Coletiva e que atualmente contam com duas Residentes, sendo que uma chegou há pouco tempo. Por isso, não conseguiu anotar o nome para colocar na apresentação e a **Residente Ana Carolina**. A **Assessora Patrícia** disse que a CGCCA está subordinada a Subsecretaria Geral. No Conselho está presente as três Coordenações, entre elas, a Coordenação de Contratualização e Acompanhamento. Isso foi dito para exemplificar a localização da Coordenação acima citada, dentro da SUBGERAL. Disse que existe diferença da Contratação para a Contratualização, pois as pessoas que lidam com Contratualização tem dúvidas entre Contrato e Contratualização. Por isso, resolvemos trazer a definição onde o Contrato é o Ato de firmar um Instrumento Contratual de Prestação de Serviço e não deixa de ser um processo, uma etapa da Contratualização. A Contratualização seria um ato, um processo, um sistema muito mais complexo que envolve Contrato. É uma das últimas etapas mas a Contratualização é mais abrangente porque envolve desde a detecção da necessidade de complementar a Rede até o ato final que seria de contratar esse Serviço, esse Prestador propriamente dito. Importante colocar que a Contratualização é um importante mecanismo, um importante Instrumento de Governança da Rede de Atenção a Saúde, tendo em vista que através da Contratualização consegue identificar quais são as lacunas, quais são os 'estrangulamentos' que tem nessa Rede e justamente propor medidas, propor contratos que consigam suprir e sanar essas deficiências e fazer com que essa Rede de Atenção cumpra o seu objetivo, que é a integralidade da assistência, a integralidade do cuidado. Todo e qualquer ajuste entre os Gestores do SUS e os Prestadores de Serviços tem que ser regulado através de um Contrato. Esse Contrato logicamente para ser confeccionado, para ser estabelecido, parte de todo um arcabouço legal que na verdade não era assim que acontecia no passado, pois existia Contratos que eram feitos sem o instrumento que efetivava realmente essa pactuação do Prestador e o SUS. Atualmente desde a Constituição já se dispõe de um arcabouço legal que permite a confecção de uma Contrato, de uma Contratualização que realmente resulte no que todos querem, o final, que é uma melhor assistência, uma integralidade com equidade, com justiça social para o Usuário. Então para lembrar esse aspecto histórico, sem se deter muito, porque com certeza todos no Conselho já conhecem. No passado não era assim que existia, ainda se tinha uma prática de Contratualização muito antiga dentro do SUS, antes mesmo de 'serem SUS' na época do INAMPS, na época do INPS mas só que não existia o que atualmente existe que é o Planejamento, que é o controle, que é o Acompanhamento, o Sistema de penalizações, o Sistema de incentivo. Nada disso acontecia no passado apesar do SUS ser um grande comprador de Serviços, apesar de termos um Sistema Público como um grande comprador de Serviços de Saúde, não se dispunham de processos de compra e de planejamento realmente fidedigno que permitisse gerar um serviço de qualidade. Algo que se percebe quando se olha essa questão histórica é que a compra de serviços era muito baseada na lógica do setor privado. Atualmente se sabe que não é assim que funciona, existe uma pactuação mas sempre respeitando a lógica do Sistema Público. Um grande exemplo é o valor acordado na compra dos serviços que é o valor estabelecido pela tabela SUS. Então essa lógica de Contratos que existia no passado, que o setor privado era aquele que acabava detendo o domínio desse Contrato, atualmente não é mais assim que acontece. A **Assessora Patrícia** disse que quando falam do

embasamento legal, sem querer falar muito dessa parte porque é cansativo e de conhecimento de todos, se tem o surgimento desse arcabouço legal fazendo com que essa Contratualização ocorra de forma efetiva, ou seja, no sentido de gerar resultados satisfatórios, gerando melhoria da assistência a partir da Constituição de 1988. Essa Constituição traz dois artigos, um é o artigo 197 do capítulo da saúde, que fala justamente que são de relevância pública: Ações e Serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor de regulamentação, fiscalização e controle, ou seja, está na 'mão' do servidor público o que é do seu interesse, justamente tudo o que diz respeito a questão de regulamentação, fiscalização e controle. O artigo 199 coloca que a saúde no Brasil é livre à iniciativa privada, então pode ter saúde privada no Brasil, lógico se é de relevância, se é de interesse do setor público, essa saúde privada também vai sofrer as intervenções do setor público, mas esse setor privado pode servir também ao SUS em caráter complementar, então é aí que se entra com a Contratualização, pois a Contratualização vem justamente ajudando a fechar essa rede, através da contratação de serviços, por exemplo, privados, que vem justamente complementar essa rede, complementar esses serviços ou essas instâncias. Então a Instituição Privada pode ser contratada pelo SUS em caráter complementar e a partir desse momento temos dois tipos de instrumentos: O convênio ou o contrato. A Constituição coloca para todos que nesse ato, sempre deve se dar preferências para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, logicamente isso que é cumprido dentro da Secretaria. Essa também é uma das formas, ou melhor é a forma para que se tenha a destinação de recursos públicos para a rede privada, algo que não se percebia no passado porque no passado a destinação de recursos públicos era passado para a Iniciativa privada muitas das vezes sem um contrato formal, sem uma lógica contratual, atualmente não, para que se tenha repasse de recursos públicos para instituição privada com fins lucrativos, somente mediante um contrato porque passa a ser vedado por Lei, impedido justamente esses erros que aconteceram no passado. A Lei 8080 vem ratificar o artigo 199 da Constituição estabelecendo que a rede privada, o setor privado pode servir ao SUS em caráter complementar. Temos também na mesma época em 1990 a Lei 8142 que vem justamente falar a questão dos Conselhos de Saúde, estabelece o que venha ser esse Conselho, esse caráter permanente deliberativo e que vai ser responsável por garantir que o plano de saúde possa ser controlado, fiscalizado e vai ajudar a fazer com que esses contratos, com que essa fiscalização acontece da melhor maneira possível. Então a Lei 8142 passa a dispor sobre mecanismo de transferência de recursos intergovernamentais mas vai tratar também do surgimento dos Conselhos e das Conferências. No caso do Conselho Municipal, estabelecendo que o Conselho será de caráter permanente, deliberativo, um Órgão Colegiado em que vai se ter a representação de vários membros de governo, prestador de serviços, profissionais de saúde que vão atuar na formulação de estratégias, no controle e na execução dessa política de saúde. Esse papel do Conselho acaba sendo depois complementado pela Resolução 453 de 2012. Todos conseguem ter junto ao Conselho uma forma de fazer com que essa Contratualização cumpra seu papel de Integralidade, de Universalidade de acesso. Existe também a Lei 8666; é uma Lei antiga de 1993 que vem tratar justamente dessa questão sobre as normas de licitação dos Contratos com a Administração Pública. É uma Lei que o pessoal dentro da Contratualização lida muito. Essa Lei fala de alguns princípios como a questão da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Publicidade, da Eficiência, mas essa Lei vai tratar também da questão relativa a não necessidade, ou seja, a inegibilidade de licitação que é o que a **Assessora Patrícia** e seus colegas fazem na Contratualização. Na Contratualização não se usa a licitação, não há processo licitatório porque não há uma concorrência estabelecida entre as empresas que procuram o pessoal da Contratualização. Então abriram uma Chamada Pública em que todos que tiverem interesse, dentro do território, de

participar desse processo acaba se candidatando. Depois a Contratualização verificando que cumpre os requisitos, porque existe toda uma questão legal que é cumprida, essas Empresas acabam entrando nesse processo da Chamada Pública. A Lei é que vai tratar a respeito dessa questão que tem na Contratualização do dia a dia que é a abertura dos processos de Chamada Pública. **Conselheira que não se identificou** pergunta se pode fazer perguntas para tirar dúvidas. É informada só depois da palestrante terminar. A **Assessora Patrícia** fala que existe outras Portarias que vão tratar a respeito de Hospitais de Ensino. Informou que fazem também a Contratualização de Hospitais de Ensino. Disse que tem Portarias que tratam a respeito disso, também sobre Hospitais de pequeno porte, Hospitais Filantrópicos dentro do SUS como se dá esse processo de Contratualização. Então todos irão ver pois o **Assessor André** irá trazer as imagens (slides) dos checklists, aí todos poderão ver que cada tipo de Unidade tem um checklist específico porque os documentos necessários para que a Unidade possa fazer parte da Chamada Pública são diferentes. Logicamente isso é embasado a partir de Portarias estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Existe também outras Portarias mas não irão conseguir falar de todas. Existe a Portaria 1034 de 2010 que dispõe sobre a participação complementar de Instituições Privadas com ou sem fins lucrativos na assistência ao SUS. Tem também a Portaria 3123 que fala sobre incentivo à Contratualização, incentivo que algumas Unidades podem ter em relação a repasses relativos a incentivar de fato a Contratualização nessas Unidades. A Portaria 3410, muito utilizada pela Contratualização vai estabelecer Diretrizes para Contratualização de Hospitais dentro do SUS em Consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar, então sem querer se deter muito a **Assessora Patrícia** diz que essas são algumas das políticas que lidam no dia a dia com a Contratualização. A participação de Serviços Privados no SUS, o grande objetivo estabelecido na Constituição de 1988 é complementar a rede pública, complementar para que? Para que todos consigam garantir essa integralidade de acesso dentro da rede, como disse no início, irão identificar essa rede e ver quais são os pontos falhos, qual é a necessidade que precisa para complementar essa rede para que haja garantia de integralidade de atendimento ao Usuário, buscando melhorar a qualidade de vida, uma melhor saúde, prevenção, promoção de assistência de melhor qualidade. A Contratualização trabalha também com essa visão da criação de uma rede regionalizada e hierarquizada, através da Contratualização. Garante-se que esse elo que existe nessa referência e contra-referência da Atenção Básica com o Nível Secundário e o Nível Terciário de fato aconteça, pois vem promovendo essa integralidade estratégica entre os três níveis de Atenção de forma hierarquizada e de forma regionalizada. Os Usuários do SUS podem 'caminhar' por essa rede tendo ao final o que ele busca: tratamento, a hospitalização, o diagnóstico, a reabilitação. A Contratualização vem nesse sentido, fazendo com que o paciente consiga nessa rede buscar a atenção da sua saúde de forma que essa rede aconteça de modo articulado. O papel do Controle Social, sem querer falar muito porque os Conselheiros conhecem melhor do que ninguém, só está colocando para pontuar que o Controle Social vai justamente ajudar a compor esse Sistema Público de Saúde, justamente através da criação dos Conselhos de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, no caso o 'nosso' Conselho, teria então segundo a Lei 8142 de 1990 e a Resolução 453 de 2012, essa representação importante, paritária entre os Usuários, os Prestadores, os Trabalhadores e os 'nossos' Gestores. A partir dessa configuração conseguiríamos garantir que o 'nosso' plano de saúde, de fato seja efetivado e nesse plano de saúde teríamos como uma das formas de buscar a efetivação; seria através da Contratualização, então o 'nosso' Conselho estaria ajudando nesse processo de Contratualização da identificação dos erros, das falhas, da fiscalização e de certa forma fazendo com que esse Plano de Saúde seja efetivado, seja cumprido. O Conselho de Saúde, segundo a Resolução 453 é uma



Instância Colegiada, Deliberativa, permanente, presente em cada esfera do Governo desde o Ministério até os Municípios e com essa composição fixada pela Lei 8142. Então o Conselho é um espaço privilegiado em que se terá a participação da comunidade dentro da Administração da Saúde. Só para ilustrar a presença do Conselho de Saúde no Auditório ligados de forma importante com o Colegiado Regional dentro da Secretaria Municipal de Saúde, (segue-se um slide) só para nos localizarmos dentro desse modelo institucional do SUS. Então a importância da Contratualização para a Gestão seria a melhora da qualidade do serviço ofertado à população Usuária do SUS, (segue-se outro slide), na verdade é o 'nosso' maior foco, fazer com que o Usuário tenha um atendimento de qualidade, um atendimento integral, isso também está previsto na Constituição, pois sabe-se que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Estamos garantido um direito Constitucional para o Usuário, para o Cidadão, maior controle também dos gastos Públicos, como foi colocado no início era algo que não existia no passado, não existia o controle do que era gasto em relação à saúde, através da Contratualização tem-se essa noção, sabe-se quanto se pode gastar, quanto se gastou, consegue-se priorizar também o que é necessidade, o que é mais importante dentro das 'nossas' necessidades de saúde, então é um mecanismo importante porque vai controlar 'nossos' gastos públicos em relação a repasse para a rede privada, otimiza também o acesso na rede de Atenção a Saúde, porque uma pessoa consegue pela Contratualização identificar suas prioridades e otimizar esse acesso, fazer com que o Usuário consiga ao final ter o que deseja, não fique 'parado' no meio da rede, numa rede que se 'estrangula' pelo fato do paciente às vezes conseguir até um exame, mas não consegue muita das vezes a internação, ou consegue fazer o exame e consequentemente consegue o diagnóstico, mas não consegue efetivar o tratamento. Então se identifica quais são os 'gargalos' existentes na sua rede, Contratualizada e faz com que esse paciente permaneça nesse fluxo de atendimento, nesse fluxo de cuidado. Responsabilização das partes envolvidas, isso também é importante porque os Conselheiros percebem que o contrato é assinado pelo Gestor e, é assinado também pela Unidade de Saúde. Então existe uma responsabilidade compartilhada do Gestor e da Unidade por tudo que foi pactuado na CGCCA. Esse Contrato é acompanhado por uma Comissão. Cada Contrato que sai da CGCCA tem uma Comissão de Acompanhamento que se reúne para ver se tem Diário Oficial e que também se compromete acompanhar esse Contrato ao longo do tempo. Se reúne para 3 meses ou 4 meses e verifica se as metas foram cumpridas, se o que foi pactuado está sendo alcançado. Não é apenas o Gestor e a Unidade, porque tem também uma Equipe de Acompanhamento na retaguarda que se responsabiliza pelo encaminhamento desse Contrato na CGCCA. Avaliação de Resultados a partir dos Indicadores, então cada Contrato tem seus indicadores qualitativos e quantitativos, assim eles conseguem verificar se esse Contrato está cumprindo ao que se destina que é melhorar o atendimento, ampliar o número de vagas, melhorar o diagnóstico. Por isso, conseguem ver se o Contrato está se efetivando na sua prática. (segue-se outro slide) Algumas etapas em relação a Contratualização, serão identificadas quais são as necessidades em Saúde, dentro das necessidades deles e que irão verificar o que é prioridade também, porque todo dia percebem que as necessidades são muitas, mas na CGCCA vamos começar a criar o que é a emergência deles, o que é mais importante naquele momento, que é prioridade deles. Verificar a capacidade de instalar. Essa capacidade de instalar seria tanto a estrutura física quanto o Recursos Humanos. Negociação e fixação de objetivos e metas. Por que negociação? Porque irão sentar juntos com essa Unidade, com esse Prestador e irão negociar na CGCCA o que vai poder ser feito em relação a esse Contrato, qual é a capacidade que tem, quais os serviços que pode ofertar. Então vai haver uma negociação. Esse Contrato posteriormente será acompanhado, controlado e também avaliado para eles verem se há necessidade de

manter, se existe necessidade de fazer alguma penalização, se vai haver algum tipo de incentivo. Então isso também é previsto na aplicação do Sistema de consequências que são os incentivos e as penalizações que também esse Contrato vai sofrer ao longo do tempo que tiver sendo acompanhando pela Comissão, um exemplo de aplicação de penalização que eles tem aqui. É uma resolução da SUBGERAL de 2014, que coloca que é passível de glosa a Unidade que não tiver procedimento regulado pelo SISREG. Então é necessário que a Unidade tenha seus procedimentos regulados pelo Sistema Nacional de Regulação, se não ocorre é passível de haver glosa quanto ao fato de essa Unidade ter prestado esse serviço, esse procedimento e, logicamente o fim, na Contratualização irão acompanhar o final, ou seja, se essas vagas, se esses leitos estão sendo, por exemplo, ofertados no SUS como está a utilização dentro do SISREG, logicamente para que isso tudo se cumpra podemos imaginar que existe uma necessidade não só da Secretaria mas também desse Prestador de ter: Sistema de Informação, uma estrutura adequada, Recursos Humanos, treinamento. Então existe todo um esforço para que esse Contrato no fim resulte realmente numa oferta adequada de Serviços. (segue-se outro slide). Então só para poder esquematizar como isso ocorreria, verificariam a necessidade do Serviço, a capacidade instalada, estabeleceria um plano a partir desse momento juntamente aqui com a programação pactuada e integrada, verificaria o desenho dessa rede de atenção, verificaria se pelas Unidades próprias conseguiriam satisfazer a necessidade que tem, se não houver necessidade de complementar essa rede, fim do processo. Agora percebem pelas Unidades próprias que não conseguem garantir a integralidade do atendimento, se houver necessidade de complementar a rede eles verificarão se é uma Entidade Filantrópica sem fins lucrativos, se for será estabelecido o convênio, que é uma modalidade diferente do que estão acostumados a tratar na Contratualização, pois lidam muito mais com Contratos do que Convênios, mas se for uma Entidade Filantrópica sem fins lucrativos estabelece um Convênio, caso não seja Filantrópica sem fins lucrativos, irão aplicar a Lei 8666 que trata sobre a Administração dos Contratos dentro do SUS, (segue-se outro slide) como a **Assessora Patrícia** colocou as Unidades não tem essa característica de concorrência, de Licitação, pois não estão concorrendo entre si, então a Lei 8666 coloca para dentro da Saúde estaria numa situação de inegibilidade, ou seja, eles abririam Chamadas Públicas e não processo licitatório. Portanto, dentro da Chamada Pública cumprindo todas as etapas, levariam o Contrato Administrativo e encerraria esse processo de Contratualização. A Contratualização, quando se tem o contrato justinho no final apenas para leitura, tem toda uma etapa que já aconteceu antes de estudar essa rede, verificar as suas lacunas, as suas necessidades, estabelecer as prioridades, sentar com esse Prestador, gerar essa Chamada Pública, então é toda uma etapa que acontece para que no final esse contrato realmente consiga atingir o seu objetivo, finalizando a palestra. Aplausos! **Conselheira que não se identificou** disse que tem uma pergunta para fazer, mas a **Presidenta Fátima Lopes** anota o nome dos Conselheiros por ordem de inscrição para fazer perguntas. A **Assessora Patrícia** fala que se alguém tiver alguma dúvida que não tenha sido sanada, irá registrar e passar para o **Coordenador André** da Contratualização. Na próxima reunião será esclarecida, pois não deixarão ninguém ficar com dúvidas. A **Presidente Fátima Lopes** chama a **Conselheira Edna Corrêa** que tomando a palavra agradece a Assessora Patrícia e pede para que a mesma faça dois esclarecimentos que considera ser pedagógicos. O primeiro é sobre qual é a essencial diferença entre Convênio e Contrato. O outro esclarecimento é sobre o que significa passível glosa para que todos do Conselho tenha essa compreensão. A **Assessora Patrícia** pergunta se pode colocar de novo a apresentação (slides) e recebe a resposta afirmativa. A **Presidente Fátima Lopes** pergunta se podem deliberar de três em três ou um a um. Colocada em votação foi aprovada a deliberação de três em três.

Prosseguindo disse que a Conselheira Fátima Silva fará sua pergunta. A **Conselheira Fátima Silva** desejou boa tarde a todos dizendo que sobre a demonstração do módulo um gostaria de saber o seguinte: as Contratualizações são feitas, acontecem a nível de forma complementar: Essas contratações tornaram-se definitivas, são de formas complementares porém se tornaram de forma definitiva, a todo instante estão acontecendo Contratualizações de Serviços para melhoria do Sistema de Saúde. Na visão da Conselheira em relação a explicação da **Assessora Patrícia**, essas Contratualizações não estão atendendo às necessidades da população em termo de saúde já que o SISREG não dispõe de vagas para exames e cirurgias que demoram meses e as vezes semanas, então há uma lacuna com relação a esse problema das cirurgias, dos exames que demoram muito a serem atendidos. Com isso mesmo com essas Contratualizações e Convênios parece que ainda não está de acordo, está deixando a desejar sobre toda a informação que foi passada, está havendo uma má administração contra isso, o esclarecimento das necessidades não está acontecendo, essa é a sua visão como Conselheira e essa é a questão que quer como esclarecimento. A **Presidente Fátima Lopes** agradece pela participação e chama a Conselheira Cristina Veneu para fazer pergunta. A **Conselheira Cristina Veneu** agradece a **Assessora Patrícia** dizendo-lhe que a exposição foi muito esclarecedora, pede para falar da diferença entre Chamada Pública e Licitação, porque acha que isso traz muita confusão em todos os níveis, junto com a população e tudo mais. Disse ainda que a **Assessora Patrícia** falou sobre os Indicadores que as Organizações que fazem os Contratos tem que cumprir, então que ser esclarecida de onde vem esses Indicadores? Como são construídos? São propostas a partir de metas Governamentais? Finalizando pede novamente para esclarecer sobre isso, se for possível e estiver dentro do tema, pois a apresentação feita está ligada a questão dos Contratos, não necessariamente das opções políticas que são feitas. A **Assessora Patrícia** responde que sim, que a apresentação está só ligada aos Contratos. A **Presidenta Fátima Lopes** diz que é muito serviço e diz a **Assessora Patrícia** que pode responder as perguntas. A **Assessora Patrícia** diz que em relação a diferença entre contrato e convênio, (segue-se outro Slide) isso faz parte da apresentação do **Coordenador André** que estará falando sobre o assunto numa próxima reunião, mas se trata justamente disso, o Contrato, os interesses são opostos também chamados de contraditórios, as vontades são antagônicas e muitas vezes existe um certo conflito, por que?. Porque Eles querem em relação à saúde, Eles querem dar saúde, querem que o paciente seja melhor atendido, sane seus problemas e muitas das vezes o outro lado não, porque esse outro lado tem interesse que é o interesse do grupo, interesse de aumentar a sua captação de recursos. Então por isso que Eles falam que tem interesses às vezes é contraditório, no Convênio os interesses são recíprocos, ou seja, 'você' e 'quem' está fazendo o Contrato, quem está junto 'contigo' nesse processo tem interesses similares, os dois buscam o bem comum e buscam fazer com que o Usuário seja melhor atendido, então é muito nessa visão, a visão que o Contrato traz interesses distintos, lógico que todos sabem que muitas das vezes o Prestador tem interesse do lucro e no Convênio não, pois no Convênio é aquela visão que ambos estão juntos é aquela situação mais fraternal, pois juntos querem que a população seja melhor atendida, aumentar a qualidade do serviço prestado, essa é a diferença básica entre o contrato e entre o convênio, mas o **Coordenador André** depois falará melhor sobre esse assunto com todos. A **Assessora Patrícia** diz que a outra pergunta foi sobre a glosa, em relação a glosa aqui no Conselho está o **assessor Edgar** que é assessor técnico da CGCGA, a questão da glosa é cortar o pagamento; então o Prestador efetuou tantos procedimentos, esse Prestador lança esses procedimentos para que Eles paguem, mas se Eles no processo de pagamento, pois o pagamento é um processo, dentro do processo de pagamento verificam que esses procedimentos que o Prestador está pedindo para que Eles

paguem, são procedimentos que o Prestador não lançou no SISREG, são pacientes que entraram para a Rede dele, da Rede privada, fora do SISREG, fora do Sistema de Regulação, não foram regulados, esses procedimentos não são pagos, esse Prestador fez mas não irá receber, é uma forma de forçá-lo a colocar o Sistema dentro do SISREG, Sistema de Regulação para que Eles consigam identificar justamente se a oferta está adequada, se está chegando as prioridades deles, satisfazer o paciente que tem uma maior necessidade, necessidade mais urgente, então a glosa seria não efetuar o pagamento daquilo que o Prestador deixou de fazer pela forma que está estabelecida em Portaria, que é o Prestador lançar os procedimentos que Ele fez dentro do Sistema de Regulação. Essas foram às dúvidas da **Conselheira Edna Corrêa**. A **Assessora Patrícia** diz que em relação a questão que foi colocada que apesar da Contratualização está sendo feita, os Conselheiros certamente devem acompanhar muito os Contratos. A Contratualização não está satisfazendo ainda a questão da Integralidade do Atendimento, não está satisfazendo as necessidades do Usuário, é uma questão que não cabe a Ela responder porque é um processo que é muito mais amplo, muito mais macro, envolve a questão de repasse, envolve uma questão de demanda, uma questão ligada a mudança do fator epidemiológico, uma questão que envolve também outros Municípios, enfim é algo muito mais amplo que não poderia, apesar de ter visões em relação a isso, mas não poderia sanar essa colocação, mas é algo que realmente envolve muitos fatores, muitas variáveis para que Eles consigam explicar o porquê que isso realmente não está se efetivando, assim é uma coisa que é fato. Ressaltou que não deixam de se esforçar para isso, pois estão o tempo todo trabalhando muito, é muita reunião é muito estresse é muito documento é muito papel. Eles se debruçam em cima de muitos assuntos diferentes, está sendo executado um tem que parar no meio porque chegou outro mais urgente, então uma coisa é fato, a Equipe trabalha muito para que no fundo conseguir fazer a parte Deles dentro desse processo tão longo, porque é a garantia da Assistência de qualidade do SUS. Essa foi a dúvida da **Conselheira Fátima Silva**. A **Assessora Patrícia** diz que lhe perguntaram mais uma última coisa que não se lembra. A **Conselheira Cristina Veneu** disse que foi sobre Chamada Pública e Licitação. A **Assessora Patrícia** diz que o Assessor irá falar a respeito disso. O **Assessor da CGCCA que não se identificou** deseja boa tarde a todos dizendo achar que a principal diferença é que na Licitação se fala: “preciso construir uma parede, quem consegue construir essa parede por menos dinheiro”. Na Chamada Pública se fala: “Eu tenho dez reais para fazer essa parede, todo mundo que quiser vir fazer faz um pedaço da parede, não há concorrência de preço entenderam”. **Conselheira que não se identificou** pede o favor de repetir. O **Assessor da CGCCA que não se identificou** responde que na Licitação tem uma concorrência, quem fizer os primeiros preços e serviços no menor valor os serviços de quem está precisando, leva a licitação e faz. Na chamada Pública não tem concorrência, tem um valor preestabelecido fixo, no caso deles é a tabela SUS, então divide entre todos os Prestadores que quiserem prestar esse serviço. A **Assessora Patrícia** pergunta para a **Conselheira Cristina Veneu** se tem mais alguma dúvida, responde que tem é sobre os Indicadores. Segue-se uma discussão amistosa, não deu para captar o áudio, mas o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fez uma pergunta e o **Assessor da CGCCA que não se identificou** responde que se o Prestador tiver os documentos necessários está dentro. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** conclui que desde que se cumpra tudo. **Conselheiro que não se identificou** pergunta se tem Licitação por Convite, o **Assessor da CGCCA que não se identificou** responde que não é Convite é feito o Edital e o Prestador se apresenta. **Conselheiro que não se identificou** diz que tem que ter Licitação por Convite porque a Lei 8666 prevê isso. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde que é uma questão bem especial a Licitação por Convite. A

**Presidenta Fátima Lopes** pergunta se podem prosseguir. A **Assessora Patrícia** pede um tempo para responder a questão da Construção dos Indicadores do SUS nos Contratos para a **Conselheira Cristina Veneu**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta se a questão da glosa foi explicada. A **Assessora Patrícia** responde que sim. O **Assessor da CGCCA que não se identificou** responde que os Indicadores são definidos no Edital e são definidos pela Área Técnica com base na Portaria toda dependente da Área específica 'daquela' Chamada Pública. **Conselheira que não se identificou** complementa dizendo: 'no plano operacional'. O **Assessor da CGCCA que não se identificou** diz que é no plano operacional, ressalta que no Edital diz quais serão as metas e são todas iguais para todos. A **Assessora Patrícia** diz que as Metas se dividem em qualitativas e quantitativas, mas está tudo está colocado em Edital, são acompanhadas pela Comissão de Acompanhamento. A **Conselheira Cristina Veneu** pergunta se as Metas são pactuadas de governo a governo, também diz querer saber sobre a análise dos Indicadores, para onde está indo isso e de onde sai. O **Assessor da CGCCA que não se identificou** responde que na Chamada Pública a Área Técnica, Eles que fazem o Edital já definem quais serão as Metas de Acompanhamento de todo aquele lugar. **Conselheira que não se identificou** quer saber quem falou nessa Coordenadoria que lá na AP. 4.0 está precisando de uma Terapia Substitutiva, essa Contratualização na AP. 4.0 é baseada em que a necessidade e quem detectou essa necessidade, é na Taquara? mas poderia ser em outro lugar. A **Presidenta Fátima Lopes** diz para os dois pensarem, enquanto isso vai continuar as perguntas dos inscritos, em seguida chama o Conselheiro Geraldo Batista. O **Conselheiro Geraldo Batista** fala que inclusive uma das perguntas era essa que iria fazer, como é a participação da CGCCA na questão da elaboração do Plano Municipal de Saúde como é que o pessoal da CGCCA recebe a demanda e procura saber e recebe as necessidades, dá um exemplo: Na Área em que mora foi feita uma expansão do PSF (Programa de Saúde da Família), lá foi colocado que futuramente uma Rede iria funcionar com todos os dados, com todas as necessidades da Área, hoje na AP. 5.3 tem grandes necessidade de alguns serviços que não existem na Área, praticamente os pacientes estão saindo para serem atendidos em outras Áreas para buscar serviço, então como é que o pessoal da CGCCA conhece a necessidade, quem é que informa ao pessoal da CGCCA é a Coordenação? Se são os Conselhos que informam ao pessoal da CGCCA a necessidade da Área, pois segundo o Conselheiro isso é uma das dúvidas que a Conselheira tem e que também tem. O **Conselheiro Geraldo** pergunta como é feita a avaliação, como é que o pessoal da CGCCA faz a avaliação dos Indicadores das OS's ou de outros serviços já que são os próprios funcionários da OS que faz esse lançamento, então como é que o pessoal da CGCCA faz a veracidade desse lançamento. Pergunta se a CGCCA está lançando realmente o que estão oferecendo ou Eles não estão? Como é que a CGCCA tem a comprovação desses dados porque o **Conselheiro Geraldo Batista** participa da CTA e até hoje tem essa dúvida mas na sua concepção uma coisa é ver acontecer lá na ponta como Usuário mas lá na Área o Conselheiro vê como técnico; então não entende e por isso tem essa grande dúvida, pois ainda não conseguiu tirar isso da cabeça. Como é que a CGCCA avalia esses dados, se são realmente verdadeiros, se esses serviços realmente estão sendo feitos, se essa questão, esses dados lançados pelas OS's são verídicos ou não, isso aí é uma das necessidades, também como é que o pessoal da CGCCA vê, vão, avaliar hoje o acesso dos serviços Contratualizados nos últimos meses por esse plano que está terminando agora, como é a avaliação que a CGCCA tem, se for realmente efetivo, falta muita coisa ainda para avançar e melhorar o acesso dos Usuários aos serviços que estão tão presentes na Área da AP. 5.3. O **Conselheiro Geraldo Batista** termina dizendo que são essas as perguntas agradecendo. A **Presidenta Fátima Lopes** chama a Conselheira Maria

Edileusa. A **Conselheira Maria Edileusa** deseja boa tarde a todos e diz que é Conselheira da AP. 2.1 e representante da Área da Rocinha. Em seguida disse que os Conselheiros vão ao Conselho Municipal, acompanham, passa ano e todo ano é colocado coisas que vão mudando, diferentes. Então os Conselheiros estão acompanhando e não percebem essas mudanças avançarem mas o que os Conselheiros percebem, como moradora 'de lá' de uma cobertura grande, as coisas parecem que não funcionam direito, funciona partes e outras não. Então perguntam cadê a fiscalização, porque falam sempre no Conselho de fiscalização que os Conselheiros vão fiscalizar, o governo vai fiscalizar mas os Conselheiros não percebem essa fiscalização. Os Conselheiros vêm a cada dia que passa os problemas acontecerem, o povo reclama com os Conselheiros, mas não podem fazer nada porque não dependem dos Conselheiros dependem de um 'quadro', então os Conselheiros percebem que a saúde parece está muito parada, devagar, bota um Sistema maravilhoso, bota umas Equipes que atendem só de fachada. Acha que vai ser bem clara querida, ao sair hoje para vir ao Conselho recebeu reclamações dos tipos: o SISREG demora muito, que coloca que ia avançar, que tudo seria lindo e maravilhoso e que tudo ia dar certo e cadê? Nada está dando certo e já se passou onze anos, desde 2011. Cadê o SISREG que não funciona, hoje uma pessoa ligou e ficou horas no telefone, disse que está lá esperando há oito meses a fisioterapia do filho que quebrou o pé no judô e precisa de fisioterapeuta mas não tem na Rede. Essa pessoa ligou da Vila Canoas, porque não atende só a Rocinha, tem o Vidigal, a Vila Canoas, para o povo parece que é agora a referência da Área. Ligam para Ela por tudo, pois sabem o seu telefone. Ressalta que não sabe nem quem é a mulher que ligou sobre o filho porque outra pessoa vai passando e dando o telefone para outra que liga e diz: "você vai lá no Conselho, fala lá para mim". Ela diz para todos que isso é demais, então tem a mãe que não tem o pediatra, que não tem a especialidade, que está esperando, que não chega. Quando chega ao Conselho Municipal novamente vê tudo lindo e maravilhoso a apresentação, porque parece que todos irão ver "querida que vai ficar na mesma coisa, passa onze anos e continua na estaca zero". Então sua pergunta é essa: Quem são esses fiscalizadores que vão fiscalizar, porque acha que deveria partir do Governo também, fiscalizar, não deixar tudo para os Conselheiros, porque tem poucos Conselheiros para fiscalizar tudo. Então "filha eu gostaria de saber se essa fiscalização parte de quem", do Governo também da parte da Saúde. A **Presidenta** pede para concluir a fala. A **Conselheira Maria Edileusa** se despede agradecendo. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta aos representantes da CGCCA, se vão responder porque acha que as perguntas não foram direcionadas na apresentação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta se pode responder e recebe a resposta afirmativa da **Presidenta**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que em relação a pergunta sobre como é que é visto a necessidade de serviços, isso é verificado e primeiramente é planejado no Plano Municipal de Saúde que é feito para quatro anos. Então o Plano Anual de Saúde faz a revisão do Plano Municipal, ou seja, todo o ano é feita uma revisão e cada Área verifica sua necessidade, discute com o Conselho local e isso é colocado para a CGCCA sobre as necessidades de contratação de serviços, mas tem um porém, a verba é curta e é uma só, o Ministério libera uma determinada verba então não temos as vezes condições de contratar tudo o que gostaríamos de contratar. Por isso, dentro de uma verba, de um orçamento pré-estipulado, procura-se buscar a melhor forma de contratação em cada Área, onde se precisa mais, onde será priorizado. Então todos tem que ver isso. Sobre o SISREG, quanto a questão do SISREG, enquanto todas as Unidades de Saúde não estiverem reguladas, todas: Federal, Estadual, irá continuar esse problema de esperar muito, outra, sempre haverá alguma deficiência com relação a serviço, pois como disse antes a verba é curta, tem coisas que não se consegue atender nem na Área Federal nem na Área Estadual, coisas que se teria

necessidade de contratar mas que nem sempre tem verba suficiente para contratar tudo que gostaria, por exemplo, hoje no Conselho foi verificado vários processos de Terapia Renal Substitutiva, todos sabem que o número de pacientes renais crônicos está aumentando muito por toda a cidade, por isso foi feita essa Chamada Pública para ver se consegue melhorar essa questão dos pacientes renais priorizando e ofertando mais serviços para eles e assim também é nas outras áreas. Há muito pouco tempo e creio que ainda não resolvemos isso, o serviço na área de oftalmologia é um serviço também que há muita necessidade na cidade e temos pouca oferta de serviço. Então se fez Chamada Pública para tentar se ofertar um pouco mais, mas não se iludam, nem tudo é igual ao Brasil e é igual a nós, nós vamos até onde aquele pagamento do mês dá para ir, não gastamos mais do que temos, porque se gastar vai parar no Serasa, no SPC e tudo mais. A **Presidenta Fátima Lopes** completa e fala Casas Bahia etc. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** concorda e diz que assim é o Brasil, o Ministério libera para a prefeitura uma determinada verba. Essa verba não é um Fundo sem fim, a prefeitura por sua vez entra com uma boa parte dessa verba, algum tempo atrás era maior do que o próprio Ministério enviava, mas também tem fim. Então é preciso observar isso. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta a todos se podem concluir. A **Assessora Patrícia** disse que tem uma questão que o **Conselheiro Geraldo Batista** colocou em relação a OS, porque a CGCCA não trabalha com os contratos de OS's. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** concorda e diz que para esclarecer que a CGCCA não trabalha com contratos de OS's é o CCGOS e o pessoal da CTA que cuida disso. A **Assessora Patrícia** confirma que não trabalha com o CCGOS. O **Conselheiro Geraldo Batista** diz que com a questão que o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** colocou, os Conselheiros podem trabalhar e planejar melhor esse serviço vendo qual é a Área mais deficiente. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** concorda e diz que é responsabilidade dos Conselheiros ligados a Área de fazer isso. A **Presidenta Fátima Lopes** agradece aos dois palestrantes e aos outros da CGCCA que estão no Auditório. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o quarto ponto da pauta: **Comissão de Orçamento e Finanças** e chama a Conselheira Maria Angélica. A **Conselheira Maria Angélica** desejou boa tarde a todos, ressalta que falará em nome da Comissão. Disse a título de lembrar, para compor uma Comissão, é aberta a todos os Conselheiros que se interessem em compor essas Comissões, basta dar o nome e assumir a responsabilidade de 'tal' Comissão. Então o que estão percebendo na Comissão de Orçamento é que começaram a entender bem qual é a responsabilidade de cada membro, quer dizer, a Comissão de Orçamento e Finanças recebe da Comissão Executiva os encaminhamentos que dizem respeito a uma análise de um processo, tudo que diz respeito à finanças. Afirmou que esse assunto é do interesse de todos, porque quando um Conselheiro dá o seu nome para compor qualquer que seja a Comissão, tem que assumir a responsabilidade de 'tal' Comissão, então os membros da Comissão de Orçamento e Finanças recebem ofícios para dar um Parecer para a Comissão Executiva, muitos desses ofícios passam pelo Tribunal de Contas do Município e são avaliados por vários técnicos. Quando chega na Comissão de Orçamento a Comissão tem que apresentar um relatório, que é o que esses mesmos entenderam para trazer para o Colegiado Municipal para aprovar ou não esse relatório. Cada passo que vão analisando o que estão percebendo que é um relatório. Deixou claro que não são técnicos, que examinam o relatório como Conselheiros, como Usuários, como representante de cada segmento não como técnicos nem de Finanças nem de Orçamento, sendo que os Conselheiros são responsabilizados individualmente por cada vez que assume e apresenta um relatório favorável ou desfavorável, a responsabilidade é individual de cada membro da Comissão. Então mesmo acabando a Comissão, esse relatório que vai encaminhar, que vai prosseguir dependendo da Instância que chegar, esse

Conselheiro mesmo não sendo Conselheiro no momento presente, vai responder pelo que assinou e que assumiu no momento em que representava a Comissão, porque isso é sério pessoal, isso já foi colocado no Conselho. Disse que receberam agora na última reunião, um documento para analisarem que já tinha passado pelo Tribunal de Contas. Várias observações foram colocadas e deixadas em exigências e outras nem analisadas foram. Logicamente ninguém vai dar um Parecer se não houver um relatório conclusivo do Tribunal de Contas do Município em relação a Finanças e Orçamento. Então o que eles pensaram para que se sentissem seguros e todos os Conselheiros, até para conhecerem um pouco mais do seu papel e a responsabilidade de um ato, estão sentido uma necessidade de uma assessoria, uma qualificação, para que? Para entenderem melhor os passos e até mais segurança na hora de apresentarem o relatório, essa é a visão que estão tendo, porque já houve um caso em que o Secretário foi chamado para responder e o membro da Comissão também enquanto membro, porque num relatório foi dado um determinado Parecer e a Comissão aceitou e entendeu que estava certo. Disse que enquanto membro da Comissão, por exemplo, que é servidora aposentada, tem uma matrícula, todos sabem quanto colocam o seu nome, hoje disse que pegou o CPF, isso é uma coisa séria, então precisam de mais conhecimento e precisam de mais assessoria da Secretaria Municipal de Saúde que tem os assessores para fazer isso, até para ampliar mais conhecimento de todos enquanto Conselheiros, entendem, então a Comissão apresenta uma proposta para o Colegiado Municipal, por todas essas questões, essas dificuldades que os Conselheiros sentem de que precisam solicitar a assessoria técnica da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Orçamento e Finanças, uma capacitação para todos os Conselheiros, por que? Porque os Conselheiros se sentem sem respaldo técnico até mesmo na hora: "você pode, tem o relatório", então chama alguém que não está disponível nesse momento, pois se sabe que todos tem suas obrigações, na hora que o Conselheiro está fazendo uma análise todos sentam para escutar a leitura do documento que foi encaminhado e tem que tomar uma decisão no máximo em um mês para o Conselheiro analisar, aí fica difícil para os Conselheiros assinarem sem ter uma segurança em relação ao que é competência dos Conselheiros e o que não é. A **Conselheira Maria Angélica** disse que traz para o Conselho, antes fala que está disposta até deixar em aberto, uma proposta da Comissão de solicitar uma capacitação para todos os Conselheiros em relação a Orçamento e Finanças, entendem, porque individualmente o Conselheiro responde, por isso que precisam até mesmo quando tiver que dar um Relatório, dar um Parecer, tem que ter certeza do que está fazendo. Finalizando, disse que é essa proposta da Comissão que veio trazer para o Conselho Municipal, proposta na qual encaminha agora à Mesa, 'certo Presidenta', encaminha à Mesa a proposta pela dificuldade, porque até fazem o Relatório, mas ficam inseguros. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fala que pessoal do Conselho tem que ver e encaminhar, aliás já estão fazendo de certa forma. A **Conselheira Maria Angélica** responde que não é uma palestra, acha que a apresentação feita no Conselho é uma situação, mas quando se faz uma capacitação é diferente de uma apresentação, reafirma que os Conselheiros precisam de uma capacitação de técnicos para responderem pelo que estão apresentando, porque acha que é muito importante e, é para vida toda essa capacitação, inclusive para os Conselheiros entenderem tudo que acontece em relação a apresentação em qualquer instância de orçamento público e finanças. Com isso terão um entendimento melhor, reafirma que essa é a proposta que está encaminhando para a Mesa e ao Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, proposta de uma capacitação de técnicos do município, ou seja, quem for em relação a Finanças e Orçamento. Segue-se um "burburinho". A **Presidenta Fátima Lopes** fala que a **Conselheira Maria Angélica** fez duas propostas e um encaminhamento. Disse que em relação a capacitação irá colocar o que a Comissão



de Educação Permanente irá propor. Chama a **Conselheira Edna Corrêa** informando que a capacitação solicitada pelos Membros da Comissão de Orçamento; a Comissão de Educação Permanente deve providenciar isso, ou seja, técnicos para capacitar. Houve uma objeção e a Presidenta Fátima responde que “não, que está encaminhando à Mesa para convocar os técnicos para que capacitem os membros da Comissão de Orçamento”. **Conselheira que não se identificou**, pergunta se pode fazer um encaminhamento dizendo que a capacitação não é só para a Comissão. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** informa que não, que não foi isso que a Conselheira falou. **Conselheira que não se identificou**, completa a fala de onde parou dizendo a todos e não seria uma palestra, tipo um curso. A **Presidenta Fátima Lopes** responde que só está passando para que eles convidem técnicos que possam dar esse curso de capacitação para os membros da Comissão. A **Conselheira Maria Angélica** fala que se a Plenária aprova o curso, depois encaminham ‘como que vai ser’, qual Comissão. **Conselheira que não se identificou** interrompe e diz que quer falar algo mas a **Presidenta Fátima Lopes** responde para a **Conselheira Maria Angélica** se quer a Presidenta coloque a aprovação da proposta em primeiro lugar para depois encaminhar. A **Conselheira Maria Angélica** responde que se o Plenário entende ser importante isso, aí como que será encaminhado é outro assunto. A **Presidenta Fátima Lopes** responde que assim está bom. Porém, **Conselheira que não se identificou** diz que queria contribuir antes da votação e falar algo relacionado a isso. A **Presidenta Fátima Lopes** responde que vai colocar a proposta da **Conselheira Maria Angélica** em votação. Depois a da **Conselheira que não se identificou** que poderá falar, mas a **Conselheira que não se identificou** disse que quer falar agora porque os Conselheiros irão votar em função disso. **Conselheira que não se identificou pergunta** se ela que um aparte. Responde que sim. A **Presidenta Fátima Lopes** concorda e, a **outra Conselheira que não se identificou** fala para todos que quer colocar em pauta uma questão no Conselho. Ressalta que é uma coisa que os Conselheiros ‘esbarram’ e pergunta se os Conselheiros teriam disposição para fazer a capacitação fora desse horário do Conselho. Isso é algo a ser pensado porque não adianta os Conselheiros se mobilizarem e de repente não aparecerem. Isso é uma questão importante. A **Presidenta Fátima Lopes** pergunta se contribuição pode? O **Conselheiro Marinaldo Silva** disse que sim desde que seja encima do que a **outra Conselheira que não se identificou** falou. A **Presidenta Lopes** pergunta para a **Conselheira Maria Angélica** se pode, respondendo que sim. O **Conselheiro Marinaldo Silva** diz que a **outra Conselheira que não se identificou** apresentou uma proposta diferente da que foi dada, pois a mesma colocou um adendo. Desejou boa tarde a todos dizendo o que a **outra Conselheira que não se identificou** colocou que essa capacitação seria feita após o horário do Pleno, das reuniões que os Conselheiros fazem. O **Conselheiro Marinaldo Silva** acha que não, acha que tem que fazer essa capacitação aqui no Pleno, no horário de reuniões, por que? Porque fica muito difícil os Conselheiros estarem se deslocando devido as ‘mil’ tarefas que todos tem, ressalta que pelo menos fala da parte dele como sindicalista. Então que não seja outro dia que seja no dia das reuniões, tal como acontece várias programações no Conselho, como palestras, também pode se fazer essa atividade no Conselho e nesse horário. A **Conselheira Maria Angélica** disse que pode fazer em forma de módulos. A **Presidenta Fátima Lopes** fala para o Pleno que a **Conselheira Maria Angélica** está encaminhando solicitação de encaminhamento e se a Plenária acata. Colocada em votação a proposta de capacitação, pergunta quem aprova, quem é contrário e quem se abstém. Aprovado pela maioria simples. Depois coloca o segundo encaminhamento para a proposta feita por **outra Conselheira que não se identificou**. A **Presidenta** pergunta se as **Conselheiras Cristina Veneu e Edna Corrêa** concordam com um horário dentro da reunião Ordinária ou outro dia. Respondem que querem que seja dentro da reunião

ordinária. A **Presidenta Fátima Lopes** coloca em votação a proposta da capacitação dentro da reunião ordinária. Pergunta quem aprova, quem não aprova e quem se abstém. Aprovado pela maioria simples. O **Conselheiro Geraldo Batista** disse que se abstém porque não entendeu a proposta. A **Presidenta** passa para o segundo ponto da pauta. O **Conselheiro Geraldo Batista** diz novamente que se absteve porque não entendeu como a proposta foi formulada, então a **Presidenta Fátima Lopes** responde que a proposta foi aprovada por maioria simples com uma abstenção. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pede permissão a **Presidenta** para falar, o que é concedido. Inicia sua fala dizendo que a Comissão de Educação Permanente fará o Curso de Orçamento dos Conselheiros que terá que ser realizado dentro das reuniões ordinárias. A **Presidenta Fátima Lopes** fala que gostaria que a Comissão de Educação Permanente, quando tiver a resposta sobre isso que leve para a Executiva. A **Conselheira Edna Corrêa** interrompe e diz que a Comissão de Educação Permanente já tem um cronograma até o final do ano. Então iremos encaminhar. A **Presidenta Fátima Lopes** disse que irá fazer outro encaminhamento porque é isso que a **Conselheira Edna** solicitou. A **Conselheira** confirma. A **Presidente** retira o que disse sobre encaminhamento. A **Presidenta Fátima Lopes** passa para o quinto ponto da Pauta e pede o favor para o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** fazer a leitura: Iniciando a chamada das Comissões. Comissões do Conselho Municipal de Saúde. **Comissão de DST/AIDS e Hepatites Virais.** Pergunta se tem algum informe. **Conselheira que não se identificou** interrompe dizendo: “só mais uma coisa a respeito disso que eu queria falar rapidamente, que é importante avisar”. A **Presidenta** pergunta sobre o que é, a **Conselheira que não se identificou** diz “a respeito disso, a gente pode ter para além dessa meia hora dentro dessa reunião ordinária”. **Outra Conselheira que não se identificou** pergunta: “qual seria o nosso horário?”. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde para fazerem uma proposta e encaminhar para a Comissão Executiva. A **Presidenta Fátima Lopes** concorda e diz, por favor, para encaminharem para a Comissão Executiva. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** pergunta novamente se a **Comissão de DST/AIDS e Hepatites Virais** tem algum informe. **Conselheira que não se identificou** responde que não há informe para dar. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** diz que sim e chama o **Conselheiro Rene Monteiro.** A **Presidenta** fala para o **Conselheiro suplente Manoel João Santana** que **Conselheira** titular precisou se retirar e, se o mesmo pode assumir o seu lugar. O **Conselheiro Rene Monteiro** assumiu o microfone desejando boa tarde a todos. Inicia seu informe dizendo que a Comissão DST/AIDS e Hepatites Virais se reuniu em meados de julho e tiraram alguns posicionamentos. Explicou que esteve quase um mês afastado por causa de uma pneumonia, mas os membros da Comissão estão combinando de fazer uma reunião até o final de setembro. Ressalta que de qualquer forma estarão convidando os demais Conselheiros através de e-mail. Informou também que já tem algumas instituições que trabalham com DST/ADS que estarão participando, encerrando o seu informe. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** cita a segunda, Comissão de Educação Permanente e pergunta se tem algum informe. Não tem, Comissão, sem informes. Cita a terceira: Comissão de Gêneros, Raças e Etnias mas também não tem informe. Cita a quarta: Comissão de Orçamento e Finanças, ressaltando que já foi contemplada. Então cita a quinta: Comissão de Saúde que também não tem informe. Cita a sexta: Comissão de Saúde do Trabalhador perguntando se tem algum informe. A **Conselheira Maria Angélica** informa que a próxima reunião da Comissão será dia 27 de setembro às 14 horas e terão como pauta nessa reunião a participação do Superintendente de Saúde do Trabalhador, Doutor Silas Hadad que não tem comparecido, mas está agendado, pois fizeram o convite para que ele compareça. Repete a pergunta ao dizer qual será a pauta da reunião da Saúde do Trabalhador, será: Apresentação do plano da CIST;

Renovação da participação da CIST; a participação dos representantes sindicais. Sobre a participação dos representantes vão enviar ofícios mas ressalta que vão tentar fazer contato por telefone porque é algo mais direto para os representantes, se não puder vir quem poderá vir no lugar do titular, porque será um momento de estarem tentando dar os encaminhamentos para as ações futuras. A **Conselheira Maria Angélica** informou que estão num período praticamente sem estar atuando dizendo que foi eleita Coordenadora e sente a necessidade de todos estarem dando mais uma dinâmica. Disse saber que existem muitas questões em relação a saúde do trabalhador do próprio trabalhador do município. Tantos os contratados quanto os estatutários, não são beneficiados porque não entram em benefício por acidente de trabalho, ressalta que muitos trabalhadores não sabem disso. Qual o perfil, como estão as Áreas em relação à saúde do trabalhador de cada Área. Como é distribuído, isso vai ser apresentado na reunião com esse Coordenador, como vai estar sendo, qual o tipo de trabalho de cada território, de cada Área. Tem muito posto de gasolina, como está sendo assistido esse trabalhador, informa que não é só o trabalhador que trabalha na saúde é a saúde do trabalhador do município. Então é isso que estão trazendo ao Conselho para ficar à mostra e estão querendo que esse Superintendente apresente como que está a saúde do trabalhador no município, porque eles não tem esse mapeamento e isso será colocado para trabalharem à saúde do trabalhador. Eles tem que ter esse mapeamento de como está a saúde desse trabalhador. Reafirmou que a reunião será dia 27 de setembro às 14 horas e espera contar com pelo menos todos os Sindicatos que tem assento no Conselho, mas quem não puder vir, por favor, mande um representante, todos sabem que estão num momento político, então o momento político é esse e cada um tem seus interesses políticos, mas eles estão falando de município e no município é Vereador, mas se o município não está atento a saúde do trabalhador e quem é responsável pelas Leis é o Vereador. Então o momento é esse cada um vai buscar o seu e vai buscar os seus interesses. Então temos que desmistificar, trazendo a Comissão para todos ficarem atuantes e trazer propostas para atuação de verdade e agir em defesa do trabalhador do município, seja qual for esse trabalhador, finalizando diz que esse é o recado da Comissão. O **Conselheiro Geraldo Batista** disse que como membro da Comissão de Saúde do Trabalhador informa que no dia 23 na FAETEC no Largo do Bodegão nº 46, estará sendo realizado o Seminário de Saúde do Trabalhador com as AP's: 5.1; 5.2 e 5.3, para justamente tirar um documento elaborado para ser entregue na reunião da CIST. Então todos estão convidados. Informou que é longe mas o almoço fica por conta do Secretário Executivo e Conselheiro David Lima. Seguem-se risos. O **Conselheiro Geraldo Batista** conclui dizendo que o Seminário irá se iniciar às 8 horas com término às 15 horas. Alguma dúvida basta entrar em contato com o **Conselheiro Ludugério Silva** ou com o próprio **Conselheiro Geraldo Batista** ou então com a **Senhora Neide** da AP. 5.2 para darem todas as informações necessárias. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** cita a sétima: **Comissão de Saúde Mental** para dar informe. O **Conselheiro Ludugério Silva** se apresenta dizendo que gostaria que à Mesa convidasse e avisasse a **Conselheira Maria Angélica**, porque a reunião da Comissão de Saúde Mental foi marcada para o dia 20. Em seguida informou que não há mais nada a comentar sobre a Comissão, mas lembra que tem um convite de Saúde Mental referente a inauguração de um CAPS na AP. 5.1, no Jabour, dia 14/09 às 10 horas. O **Conselheiro Marinaldo Silva** pergunta se o CAPS está sendo inaugurado ou sendo transformado. O **Conselheiro Ludugério Silva** responde que não é transformação, quem dera se fosse porque o Conselheiro Ludugério ficaria muito feliz, mas era uma casa do município, pertencente a Secretaria de Desenvolvimento Social que estava abandonada há anos e foi passada para à Secretaria de Saúde para implantação de mais um CAPS na AP. 5.1. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse a **Presidenta Fátima** que já

terminaram as Comissões e pode passar para o próximo ponto da pauta, que é o ponto sexto: **Informes da Secretaria Executiva**. O próprio **Secretário Executivo David Lima** inicia seu informe dizendo que dia 15/09 no Conselho Estadual de Saúde na Rua México 128, 10ª andar no auditório, das 9 horas às 17 horas haverá um Curso para Conselheiros sobre Prestação de Contas. Avisou que o Conselho Municipal pode enviar quatro Conselheiros. Ressalta que a princípio a **Conselheira Júlia Daniela** da Comissão de Orçamento e Finanças já se candidatou. Informou que o acham justo a Conselheira participar e querem saber se há mais algum Conselheiro que queira ir porque o **Conselheiro Ludugério Silva** e a **Conselheira Fátima Lopes** tem cada um sua vaga pelo Estado e não precisariam. Pergunta então qual o Conselheiro se habilita. Apresentou-se a **Conselheira Maria Edileusa**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** anota os dois nomes iniciais e pede para todos que forem levar lanche. Em seguida pergunta se tem mais algum Conselheiro. Ninguém se oferece e informa ao Pleno que são apenas dois Conselheiros. A **Presidenta Fátima Lopes** informa que já tem o seu nome e do **Conselheiro Ludugério**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** então informa a todos que irá colocar os nomes da **Conselheira Fátima Lopes** e do **Conselheiro Ludugério Silva** para fortalecer o município. Em seguida cita os quatro nomes resumidamente para a Pleno tomar conhecimento: **Conselheira Fátima Lopes, Conselheiro Ludugério Silva, Conselheira Edileusa Braga e Conselheira Júlia Daniela**. A **Conselheira Fátima Silva** pergunta qual **Fátima Silva**, por Ela também é **Fátima Silva**. A **Conselheira Maria Angélica** explica que é **Fátima Lopes e Ludugério Silva**. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** explica que são os **Conselheiros Maria de Fátima Gustavo Lopes e Ludugério Antônio da Silva**. Prosseguindo com os informes o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que o Ministério Público informou ao Conselho Municipal de Saúde que através da Promotoria de Justiça da 2ª PJTCSCAP, que acerca da remessa dos Autos do procedimento em epígrafe, o Superior Ministério Público arquivou pelas razões apresentadas na Promoção de arquivamento que segue em anexo, onde dão razões e metas. Prosseguindo dizendo qual é o objeto porque é isso que importa para os Conselheiros. O inquérito é o de nº 200700160723, o objeto do Inquérito era Saúde: Apuração de irregularidades no funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, omissão do Colegiado no cumprimento de seu papel de Controle Social do SUS, precariedade nas condições de funcionamento, como não conseguiram apresentar provas de que isso acima citado ocorre, o Ministério Público arquivou o Inquérito. Em seguida disse que tem mais um informe. Disse que esteve uma pessoa da Multirio, hoje, no Conselho Municipal de Saúde. Esclareceu que a Multirio é aquele Programa Educacional que passa na Bandeirantes como também através da Internet. Ocorre que a Saúde tem um Programa na Multirio que é a palavra 'Saúde', que inclui todos que militam na Saúde. O programa se chama 'Aquela Conversa'. Esse programa amplia o debate sobre a Saúde e qualidade de vida e vai ao ar toda segunda-feira na TV Bandeirantes, a BAND às 14h30m. Avisa quem não assistiu o Programa, vale a pena ver. Disse, disse que já assistiu e achou muito interessante porque trata a Saúde. São chamadas pessoas com capacidade de discutir determinado assunto de saúde, mas não é aquela conversa técnica, pois o programa consegue levar e aplica a conversa para o cotidiano, o dia a dia que aquela pessoa vive. Por exemplo, dos programas que assistiu, um programa falava da questão dos avós e a saúde dos avós e o envolvimento dos avós com os netos e pais dos netos, 'essa coisa toda'. Informou que fica um papo gostoso, todos conseguem ver o programa porque utiliza uma linguagem fácil. **Conselheiro que não se identificou** pergunta "se isso não é não". O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** responde que não, porque também é avô. Continuando disse que fica uma linguagem de fácil entendimento para o público e vai se falando nas entrelinhas na questão da saúde

mesmo: O que uma pessoa de determinada idade tem que se preocupar, os cuidados que tem que tomar, os excessos que deve evitar, mas tudo isso de uma forma muito tranquila e muito fácil. Ressalta que lerá rapidamente para o Plenário o que decidiram mandar, porque teria uma pessoa que iria apresentar isso mas como houve uma certa confusão na organização da reunião essa pessoa não veio. Inicia a leitura: “A série de TV da Multirio promove uma reflexão crítica sobre comportamentos, valores e práticas que envolvem bem-estar, legislação e políticas públicas em saúde. Com a apresentação da médica e professora Viviane Castello Branco, ‘Aquela Conversa’ busca contribuir com conteúdos para pessoas que trabalham no ambiente escolar, formados por alunos, educadores e famílias, unidades de saúde e comunidades, com linguagem descontraída e ágil. A produção traz semanalmente experiências e reflexões de profissionais que atuam nessas áreas. Entre os temas que já foram ao ar, a série aborda o comportamento masculino contemporâneo com ênfase na desconstrução de tabus, estereótipos, nos cuidados com a família e a própria saúde, além de atitudes para a cultura da paz e a equidade de gênero, as características de ambientes favoráveis a saúde e como melhorar as experiências sociais em espaços como o da escola, da casa e da cidade; a gentileza nas relações e a importância do autocuidado com a saúde e o novo lugar do pai como cuidador e a importância de sua presença na vida do bebê, inclusive no período pré-natal. O impacto do cuidado dos avós na saúde de crianças e... (o **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** abre um parêntese e diz: ‘estão vendo é aquilo que eu falei ainda há pouco’) jovens assim como a contribuição deles para o bem-estar de toda a família e os mitos relacionados às comidas saudáveis, a relevância da culinária caseira e os riscos dos alimentos ultraprocessados são outros assuntos que estiveram em pauta na produção. A série ‘aquela conversa’ da Multirio vai ao ar às segundas-feiras, às 14h30 no canal Multirio, 26 da Net e na BandRio”. Vale a pena ver o programa. Agradeceu finalizando o seu informe. A **Presidenta Fátima Lopes** por sua vez pede o favor, para que leia o próximo ponto da pauta. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** passa para o sétimo ponto da Pauta: **Informes do Colegiado**. Chama os inscritos um a um para dar informe sobre o seu CDS. O primeiro é o Conselheiro Ludugério Antonio da Silva do CDS. 5.1. O **Conselheiro Ludugério Silva** fala para o Secretário Executivo e Conselheiro David Lima, que no início disse que estava representando o Gestor da Mesa. Então se está representando o Gestor está também representando o Secretário de Saúde, depois o **Conselheiro Ludugério Silva** se dirige a **Presidenta Fátima Lopes** e a todos da Plenária falando que não quis interferir no momento mas assistiu a brilhante apresentação feita pela **Assessora Patrícia** falando dos Contratos com as OS’s e etc.. Fala o que está acontecendo na AP. 5.1, pois a AP. 5.1 estava com dois processos solicitado pela Comunidade Promorar I e II que fica em Deodoro. Os Conselheiros da AP. 5.1 foram até lá e fizeram diversas reuniões com a Comunidade onde ficou tudo acertado para implantar nesse local uma Clínica da Família onde iriam colocar três equipes de PSF (Programa de Saúde da Família). O **Conselheiro Ludugério Silva** informou que não sabe qual é o papel dos Conselheiros, ressalta que não sabem o que fazem no Conselho Municipal e reafirma que não sabe qual o papel dos Conselheiros, pois quando ouviu **Assessora Patrícia** falar da Resolução 453 e das Leis 8142, 8080 e 8666, mas no entanto a Secretaria de Saúde implantou no local da Comunidade Promorar I e II uma Clínica da Família. Contratou outra OS que é a VIVA Rio, pois a que estava lá era a OS IABAS, mas não deram satisfação disso para o Conselho Distrital da Área e nem para a CAP 5.1, que inclusive já foi inaugurada dentro da Área da AP. 5.1. Pergunta se o Secretário de Saúde irá fazer o quê, vai expandir a Área? Como é que será essa mudança e como irá se acertar isso. Por isso citou os nomes da **Presidenta** e do **Secretário Executivo**, pois precisa de uma resposta oficial sobre isso para levar a todos da AP. 5.1, porque os Conselheiros Distritais

estão com esperança de uma satisfação para ser dada a comunidade. **A Presidenta Fátima Lopes** agradece a participação. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** chama o **Conselheiro Geraldo** do CDS 5.3. **Conselheira que não se identificou** em resposta a pergunta de **Conselheiro que não se identificou**, diz que o **Conselheiro Geraldo** foi fazer alguma coisa. Em seguida chama a **Conselheira Maria de Fátima Silva Pinto** que irá dar Informe sobre jornada Integral. A Conselheira toma a palavra e diz que irá falar sobre jornada integral e outras coisas, mas confessa que na verdade é um informe. Fala que sabe que os convidados podem fazer parte da Comissão de Ed. Permanente. Por isso, está na Lei 5104 – ‘Comissões e Grupos de Trabalho, convidados podem fazer parte’. Então pergunta se algum convidado quer fazer parte da Comissão a que pertence, quem quiser basta se manifestar em outra plenária. Informou com relação ao tempo integral dos gestores, assessores e chefias; acontece que pela Legislação eles tem que fazer jornada integral, mas ressalta que muitas vezes os Conselheiros vão à uma Unidade e querem falar com o chefe ou diretor e nunca estão presentes, então quer questionar para saber. Por isso, colocou esse informe para o Conselho para todos terem a ciência de que se um Conselheiro quiser falar com o chefe, com diretor, com chefia ou com assessoramento. Ele tem que estar no local onde lhe foi destinado, porque o horário dele é Integral, tem que obedecer a lei, a legislação. A **Conselheira Maria de Fátima Silva** pergunta quanto a fiscalização dos funcionários públicos quer saber que Órgão fiscaliza, quem fiscaliza. Finalizando disse que é esse informe que quer, ressalta que não vai dar informe, mas quer a resposta desses informes que pediu. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** disse que os Conselheiros precisam ler o Regimento Interno. Informe é para os Conselheiros passarem informe e não para pedirem informe. Existe outras formas de pedir informações e, ressalta que estão no momento dos informes dos Conselheiros. Em seguida chama o **Conselheiro Ozeas Farias** que falará sobre relatório. O **Conselheiro** toma a palavra dizendo que também irá pedir uma informação, mas primeiro quer justificar a ausência, porque viajou e é possível que tenha faltado e perdido algumas reuniões da Comissão e mesmo algumas reuniões Ordinárias. Por isso, se justificou e por essa razão disse que caso tenha faltado e perdido algumas dessas reuniões pede desculpas por não ter comparecido. O **Conselheiro Ozeas** dá uma informação dizendo que na Comissão de Orçamento o Conselheiro **Rogério Gonçalves** deu-lhe uma missão: entregou-lhe um disquete para o pessoal da Comissão fazer um apanhado e dar um Parecer, mas o CD não abria no seu computador e não sabia dizer porque. Então pediu ajuda ao neto que copiou o conteúdo do CD e colocou no Pen Drive. Ressaltou que com isso pôde abrir o conteúdo a qualquer hora que haja necessidade, inclusive na televisão via pen drive. O **Conselheiro** afirma que o conteúdo que examinou é muito complicado porque são oito páginas e, cada página tem pastas, em algumas pastas tem 96 Laudas é preciso ser PHD, economista para decifrar o conteúdo todo, pois é incompatível para fazer a análise. Então quando o Conselheiro Rogério Gonçalves estiver no Conselho Municipal devolverá o CD. Em seguida para finalizar, informa que queria uma informação com respeito a Clínica da Família do Grajaú na AP.2.2, porque esteve lá, fotografou a faixa, lar e a obra, mas está tudo do mesmo jeito quase que quando foi lançado a pedra fundamental, nada foi feito. O lugar é um canteiro de obras e os operários. Perguntou aos operários se estavam recebendo e disseram que sim, graças à Deus estão recebendo, menos mal. A obra não avança, ressalta que essa obra era para ser inaugurada em 15 de setembro, pois foi anunciado na colocação da pedra fundamental, mas não tem material e os operários estão sem fazer nada. Em relação ao trabalho, só estão trocando idéias ,jogando etc.. Então o povo está pagando mão de obra e não estão usufruindo de alguma serventia. O **Conselheiro Ozeas** ressalta que tem impressão e julga que não pode ser por falta de dinheiro, porque considera a verba como uma verba carimbada, por quê? Porque foi uma

doação da Câmara de Vereadores no valor de cem milhões para a Secretaria de Saúde. Isso todos sabem, fazer/construir às Clínicas da Família. No entanto nada foi feito, reafirma que não foi falta de verba porque o dinheiro estava garantido e pergunta o que está acontecendo? Será que foi para as Olimpíadas. Foi para a passarela do Joá? Isso é o fim da "picada", exclama o Conselheiro. Ressaltou que todos os Conselheiros exigem uma resposta das autoridades competentes. Em seguida agradece e pede desculpas ao **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** por ter pedido também um informe. A **Conselheira Maria Edileusa** é chamada para dar Informe. Tomando a palavra disse que ultimamente estão fazendo um programa na Rádio Comunitária, a Rádio Brisa na qual a Conselheira faz esse programa há 15 anos. Ressaltou que agora no segundo tempo do programa, há três meses, abriram um espaço para a comunidade reclamar suas necessidades e ter aonde recorrer. Para isso colocaram o telefone disponível e as pessoas ligam e participam junto com eles. Disse que eles tem levado sempre algum membro da Clínica da Família da região conversando com alguns profissionais, enfermeiros. Informa que o pessoal do CAPS esteve na rádio para falar do trabalho na comunidade porque o pessoal da comunidade não é tão bem informado. A **Conselheira** disse que a Rádio Comunitária, a Rádio Brisa está dando esse suporte. Informou que a Rádio Brisa é FM e também pode ser acessada também na internet que é a 101,7 FM. Ressaltou que estão gostando do resultado, do retorno. A **Conselheira Maria Edileusa** disse que tem outro informe. Disse que começaram um trabalho novo, estão com um Centro de Mediação na RA (Região Administrativa). Ressaltou que fizeram um curso pelo Tribunal de Justiça que dão apoio para eles já que tem o lucro e estão já atuando. Depois informou que dia onze estiveram no Albert Sabin fazendo apresentação. Enfim, reuniram toda a Equipe de Saúde: Gestores, Profissionais, Enfermeiros. Em seguida disse que irão falar do trabalho que estão divulgando na comunidade. Ressalta que é um trabalho novo mas estão com uma demanda grande apesar de serem pequenas coisas mas para o povo não ter que se deslocar até o judiciário, basta ir até o Mediador e Eles fazem a Mediação. A **Conselheira** ressalta que são dois pontos que acha que devam ser colocados para todos do Conselho. O outro ponto é que na semana que vem estarão com a Presidenta do Conselho Distrital, porque a mesma fez uma cirurgia e está se recuperando bem. Ressaltou que esteve no Conselho Distrital na quinta-feira com o **Sr. Tinoco**, porque tem alguns processos para visitar e irão começar a fazer visitas na semana que vem. Informou que serão seis visitas mandadas pelo Ministério Público. Então terão que se 'virar' e no fim de semana que vem fazer esse trabalho. Finalizando a **Conselheira Edileusa** agradeceu e desejou uma boa tarde a todos. O **Secretário Executivo e Conselheiro David Lima** chama o **Conselheiro Marinaldo Silva** que informou não ter informe. Em seguida é chamada a **Conselheira Maria da Glória Silva** que irá falar sobre o primeiro encontro dos aposentados. A **Conselheira** toma a palavra e deseja boa tarde a todos dizendo que o primeiro encontro dos Aposentados Independentes será dia 29/09, quinta-feira a partir das 10 horas da manhã no Club Municipal. Ressaltou que o tema será: "Aposentados sempre na Luta". O objetivo do encontro é as reformas da Previdência e suas consequências para o aposentado. O histórico: Rioprevidência; as emendas Constitucionais 2041 e 47, perspectivas em virtude da ameaça da nova reforma da Previdência. Disse que a realização de encontro será feita pela mesma e pela **Senhora Avanir Carvalho Von Pontes**, porque como funcionária estadual teve um histórico muito grande. Informou que foi do IPERJ, hoje Rioprevidência e que dará muita contribuição nesse encontro. Informou ainda que a presidente do CDS da AP 1.0, **Senhora Mariléia Lúcio** irá participar e falará também. Irão também os 'apoios': O Movimento dos Usuários e Amigos em Defesa do IASERJ, porque todos batalham na 'mesma tecla' sobre a questão do IASERJ, porque só tem o IASERJ do Maracanã e não tem praticamente mais nada, não tem nem internação só um

ambulatório. Por isso, a situação está muito delicada porque fecharam o Hospital da Ordem Terceira. São 760 pacientes que eram atendidos nesse hospital e transferidos para o IASERJ do Maracanã. Então a preocupação da **Conselheira** e de seus colegas é para que esses pacientes sejam atendidos com qualidade. Reafirmou que isso é complicado, pois o ambulatório está com dificuldades para atenderem os usuários e o funcionalismo público no IASERJ do Maracanã. Quanto mais 760 pacientes. Disse que gostaria que esses pacientes fossem atendidos mas atendidos com qualidade. A **Conselheira Maria da Glória** informa ainda que hoje, às 18 horas terá uma Plenária no Largo de São Francisco de Paula, na Faculdade de São Francisco e o Tema é: “SUS defenda o SUS”, porque a questão do SUS está muito complicada a ponto da AP. 2.2. ser a primeira AP a dizer que o Ministro não se importa com o SUS. Reafirmou que por causa disso, terá a grande Plenária no Largo de São Francisco de Paula, inclusive estará presente. **Conselheira que não se identificou** pergunta quem irá fazer a Plenária. A **Conselheira Maria da Glória** lê que a Plenária em defesa do SUS, será dia 13 de setembro às 18 horas no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), no Salão Nobre, na UERJ, localizada no Largo de São Francisco de Paula, Centro. Disse ainda que o tema será: “O SUS é Nosso. Defenda-o”. A **Presidenta Fátima Lopes** agradeceu a todos pela presença e que serão bem-vindos na próxima reunião. Como não há mais nada a deliberar deu por encerrada a reunião às dezessete horas e trinta minutos mandando um beijo no coração de todos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **Conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes